

ESPAÇO SOCIAL E ESTRUTURA DE CLASSES EM REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS^{1,2}

Emerson Ferreira Rocha³

A relação entre a posição socioeconômica de pessoas e grupos, por um lado, e suas atitudes, por outro, constitui importante tema de investigação. Partindo de definições de classe social baseadas em critérios como posse de ativos, exercício de autoridade e qualificação acadêmica, diferentes pesquisadores têm investigado como esse tipo de construto pode explicar atitudes e comportamentos prováveis em diferentes esferas de sentido e de ação, especialmente a política, mas também em outros domínios como o do consumo cultural. Entre as diferentes teorias e abordagens propostas acerca desse tema, duas grandes noções se destacam: estrutura de classes e espaço social.

A estrutura de classes é definida por relação à distribuição de recursos intrinsecamente econômicos (ativos de capital), recursos com realização econômica, como a qualificação formal, ou ainda recursos organizacionais, como o exercício de autoridade na ocupação profissional (Goldthorpe e Mcknight, 2004; Wright, 2009). A aquisição, a posse e, em alguns casos, o exercício de controle, por delegação, sobre esses recursos produz, por assimetrias, relações de poder. No nível teórico, a estrutura de classes consiste na configuração global dessas relações de poder. No nível operacional, ela é representada por um conjunto de grupos discretos, que ocupam posições especificadas com base em indicadores mensuráveis.

O espaço social, por sua vez, é definido em termos de relações de proximidade ou de distância social. Pierre Bourdieu (1984), o mais eminente propositor do conceito sugere que ele seja concebido em termos da distribuição de capitais econômico e cultural, mas o verdadeiro núcleo dessa proposta conceitual está em investigar a relação entre desigualdade e disposições. Assim, o espaço social pode ser pensado, de maneira abstrata e geral, como um espaço das atitudes. Já a identificação das dimensões que o estruturam, em cada lugar e tempo específicos, fica a cargo da investigação empírica.

Neste estudo, o espaço social será definido com base em dezessete escalas de atitude, referentes ao trabalho, à família, à comunidade, à política e ao consumo cultural. A ideia é que essas atitudes, embora referentes a esferas diferentes da vida, apresentam, em boa medida, um comportamento de conjunto, do qual se pode depreender diferentes valores e estilos de vida. Diante disso, algumas perguntas movem esta breve investigação. As classes sociais, que diferem entre si com base no exercício de direitos e poderes sobre recursos econômicos ou economicamente relevantes, distinguem-se também em termos de valores e estilos de vida? Sendo esse o caso, quais classes sociais se aproximam e quais se distanciam em termos dessas atitudes? Em outras palavras, a que distâncias e proximidades materiais correspondem tais distâncias e proximidades imateriais?

No Brasil, especialmente, são raras as pesquisas sobre o espaço social das atitudes. Como a definição de estrutura de classes se refere a variáveis mais tangíveis, a investigação sobre a questão tem sido possível a partir de bases de dados de natureza demográfica. Já a noção de espaço social, embora teoricamente

1. Uma versão expandida desse estudo foi publicada em 2018 na revista *Sociedade e Estado*, v. 33, n. 3. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/se/v33n3/0102-6992-se-33-03-00779.pdf>>.

2. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bapi23art1>

3. Professor adjunto no Departamento de Sociologia e membro do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (UnB).

influyente sobre cientistas sociais brasileiros, tem tido poucas chances para um tratamento operacional a partir de levantamentos empíricos. A pesquisa Radiografia do Brasil Contemporâneo, realizada entre 2015 e 2016 pelo Ipea, oferece possibilidades para uma investigação exploratória sobre esse tema. O levantamento qualitativo em larga escala, compreendendo sete regiões metropolitanas brasileiras, traz, para uma subamostra de 304 indivíduos,⁴ escalas de atitudes construídas para a identificação de estilos de vida em regiões com economias de mercado.⁵

Optando-se por tratar as escalas em nível de mensuração cardinal, as pontuações dos entrevistados foram submetidas a um estudo exploratório simples, com base em análise de componentes principais. Basicamente, a técnica transpõe a variação conjunta das escalas para uma base de dimensões ortogonais, quer dizer, independentes entre si. Os resultados mostram três dimensões principais que, respondendo por praticamente 55% da variação total entre as escalas, parecem constituir eixos definidores de um espaço social.

A tabela 1 mostra os resultados do exercício, atendo-se às três dimensões de interesse substantivo. As colunas dispõem a correlação entre cada dimensão e as atitudes analisadas. Correlações fortes, que dão base à interpretação de cada dimensão, são destacadas em negrito. Na última coluna, mostra-se também uma medida da consistência de cada item de escala.⁶ Note-se que, ao mesmo tempo que operacionalizadas em nível de mensuração escalar, com pontuação indo de -5 a + 5, as escalas de atitude têm um sentido polarizado. Na primeira coluna, sinais de negativo e de positivo indicam qual polo foi representado por valores inferiores ou superiores a zero. Por exemplo: na escala de experimentalismo ou tradicionalismo, o experimentalismo é representado por valores negativos. Assim, o coeficiente negativo associando essa atitude à dimensão 1 denota que ela está relacionada a um estilo de vida experimentalista.

A primeira dimensão se destaca ao responder por quase um terço da variação conjunta de todas as atitudes. Ela identifica o que pode ser chamado de autoconfiança produtiva. Está relacionada às sensações de autoconfiança e de autonomia individual. Note-se que, no instrumento de pesquisa adotado, o *ethos* do trabalho não se refere ao ascetismo vocacional e, sim, ao papel da experiência laboral na construção da autoestima. Assim, na dimensão da autoconfiança produtiva, a esfera do trabalho constitui um espaço de autorrealização em que se nutre uma postura ativa e prospectiva com relação à vida (orientação a objetivos). Essa postura ganha sustentação emocional na satisfação com o estado presente e em expectativas otimistas com relação ao futuro. A relevância de uma dimensão como essa em sociedades modernas já foi teoricamente discutida por Souza (2003), com base em

4. A amostragem não é probabilística, mas intencional, contemplando pessoas residentes em localidades com índices de desenvolvimento humano variados, com o objetivo de abranger amplo espectro de condições sociais nos contextos metropolitanos brasileiros. A amostra reflete, aproximadamente, a distribuição da população segundo fatores como região, sexo e raça e conta com uma sobrerrepresentação de pessoas com nível superior de ensino, grupo de especial interesse para a pesquisa e que contaria com poucas observações caso se buscasse refletir, na amostra, sua proporção na população. Os resultados devem ser considerados tendo em conta essas questões de validade externa. Embora embasadas em análise exploratória de dados, todas as generalizações nesse contexto são de natureza eminentemente teórica.

5. As escalas foram construídas a partir de estudos exploratórios em países com padrões de desenvolvimento econômico e pano de fundo histórico diversos, como Alemanha e Laos. Assim, ao mesmo tempo que pressupõe um contexto de economia de mercado, especialmente com um mercado de trabalho impessoal constituído, o instrumento está adaptado ao trato com contextos culturais distintos. Ver Rehbein (2016).

6. Cada entrevistado foi pontuado nas escalas por três pesquisadores diferentes. Uma medida de correlação foi então utilizada para medir a consistência entre essas atribuições. Valores inferiores a 0.60 indicam baixa consistência, devendo o respectivo item ser considerado com cautela. Nesse estudo, as correlações desses itens com as dimensões principais são eventualmente levadas em conta quando, do ponto de vista interpretativo, se comportam coerentemente com relação a outros itens, mais consistentes. A decisão sobre quais dimensões reter para a análise foi tomada com base na variação explicada e em questões interpretativas. O quarto e o quinto componentes, embora associados a valores próprios superiores a um, não foram retidos para análise dado o comportamento errático, do ponto de vista interpretativo, de sua associação com as variáveis originais.

uma reconstrução do conceito de dignidade. Por sua vez, Rehbein (2016), em estudos preliminares durante o andamento desta pesquisa, encontrou também indícios sobre a relevância dessa dimensão, em comum com resultados obtidos pelo mesmo autor em outros países com economias de mercado.

TABELA 1
As três dimensões principais obtidas pela aplicação de análise de componentes principais (ACP)

Atitude	Dimensão 1	Dimensão 2	Dimensão 3	Consistência
Insegurança (-) ou autoconfiança (+)	0.3627	0.0490	0.0618	0.67
Coletivismo (-) ou individualismo (+)	-0.1101	0.0286	0.5080	0.43
Heteronomia (-) ou autonomia (+)	0.3466	0.0605	0.1076	0.48
Pessimismo (-) ou otimismo (+)	0.3168	0.0888	-0.0539	0.60
Passividade (-) ou atividade (+)	0.3644	0.0029	0.0360	0.60
Ascetismo (-) ou hedonismo (+)	-0.0200	0.4034	-0.0115	0.61
Idealismo (-) ou pragmatismo (+)	0.0822	-0.2497	0.1434	0.49
Atividade intelectual (-) ou física (+)	-0.2480	-0.1932	-0.1303	0.74
Experimentalismo (-) ou tradicionalismo (+)	-0.0104	-0.4582	-0.0462	0.54
Orientação à família (-) ou a si mesmo (+)	-0.0347	0.3099	0.3807	0.68
Insatisfação (-) ou satisfação (+)	0.3091	0.3091	0.0691	0.79
Orientação a objetivos (-) ou dispersão (+)	-0.3406	0.0547	-0.0925	0.70
Indisciplina (-) ou disciplina (+)	0.3373	-0.1764	-0.0059	0.68
Fraco (-) ou forte (+) ethos do trabalho	0.3013	-0.2555	-0.1562	0.64
Meritocracia (-) ou igualitarismo (+)	0.0283	0.3642	-0.4740	0.80
A favor (-) ou contra (+) intervenção estatal	-0.0271	0.0319	0.5209	0.67
Autoritarismo (-) ou libertarismo (+)	0.1245	0.4261	-0.0618	0.86
	Valor próprio	Diferença	Proporção	Cumulativo
Dimensão 1	5.24082	2.71435	30,8%	30,8%
Dimensão 2	2.52647	0.99768	14,9%	45,7%
Dimensão 3	1.52879	0.36482	9,0%	54,7%
Número de observações				304

Fonte: Ipea (2016).
Elaboração do autor.

A segunda dimensão identifica um experimentalismo expressivo. A forte ênfase na fruição (hedonismo) e os hábitos acentuadamente experimentais de consumo cultural definem uma estilização da vida pautada pela expressão idiossincrática (orientação a si mesmo). A relação negativa com o *ethos* do trabalho, assim como o idealismo, aponta para a busca da realização pessoal e da satisfação em outras esferas de valor que relevem atividades desinteressadas⁷ e menos convencionais. A aproximação de valores igualitários e libertários exprime a inclinação humanista do *ethos* romântico de autorrealização expressiva. Essa dimensão também foi discutida por Souza (2003) e identificada por Rehbein (2016), no mesmo estudo preliminar realizado no contexto desta pesquisa. Contudo, quanto a esse aspecto, os resultados apresentados aqui sugerem uma diferença sensível de interpretação.

7. Sobre os efeitos estratégicos objetivos de práticas subjetivamente desinteressadas, ver Bourdieu (1984).

Souza (2003) argumenta que o expressivismo constitui uma dimensão secundária – por relação à dimensão primária da dignidade – de autorrealização das pessoas em sociedades modernas. Em sua construção, a contraface da estilização expressiva da vida constitui, residualmente, uma ausência de expressivismo. Seguindo essa orientação, Rehbein (2016, p. 21) entende que essa dimensão opera como um patamar hierárquico, separando classes médias estabelecidas, familiares a esse tipo de estilização da vida, de outros segmentos sociais intermediários, como a pequena burguesia e os trabalhadores.

Os resultados apresentados aqui mostram que a contraface do experimentalismo expressivo não deve ser concebida dessa maneira residual, configurando antes o que se pode chamar de convencionalismo pragmático. A forte ênfase sobre o ascetismo e o pendor a hábitos mais convencionais de consumo cultural (tradicionalismo) não indicam uma simples ausência de expressão e de estilização da vida, mas, sim, um tipo de estilização específico, que busca expressar os valores de sobriedade, objetividade, dedicação e compromisso (pragmatismo, orientação à família e *ethos* do trabalho). A orientação tendencialmente autoritária e a ênfase na meritocracia coroam um tipo de valoração da agência individual que não vai na direção da autoexpressão idiossincrática, mas, outrossim, reforça o “eu” como lócus de controle ao mesmo tempo que o ata a projetos de vida convencionais.⁸ Essa oposição entre uma estilização da vida idiossincrática e outra mais tradicional não opera, contudo, como uma fronteira hierárquica. O expressivismo parece ser característico apenas a classes médias altas, especialmente àquelas sobremaneira assentadas sobre o capital cultural. É isso que se quer frisar aqui, que essa dimensão traça mais uma diferenciação horizontal entre classes médias do que uma fronteira hierárquica que as separa de classes mais baixas.

Por fim, a terceira dimensão estabelece uma distinção entre individualismo comunitário e individualismo liberal. Embora a saliência das atitudes referentes à meritocracia e à intervenção estatal sugira que essa dimensão se refere a orientações ideológicas, esse não é propriamente o caso, pois o teor das falas dos entrevistados mostra que é pouco comum, entre eles, a orientação consistente por um quadro programático definido, o que vai ao encontro de resultados obtidos por pesquisas sobre ideologias políticas no Brasil (Ames e Smith, 2010; Carreirão, 2002; Oliveira e Turgeon, 2015; Rennó e Turgeon, 2016). Daí a opção por falar em termos de modalidades de individualismo e não de orientações ideológicas.⁹

No individualismo comunitário, os projetos de vida individual estão inseridos nas relações com outros significativos, tendendo a formar projetos conjuntos (como orientação à família). Embora tenha apresentado pouca consistência, o item coletivismo indica a prevalência de rotinas de trabalho e práticas de lazer e consumo de caráter coletivo. Além disso, o desempenho individual é concebido

8. As pesquisas quantitativas sobre ideologias políticas entre os brasileiros detectam, de maneira geral, baixo nível de consistência ideológica, acompanhado da prevalente tendência a um conservadorismo difuso (Oliveira e Turgeon, 2015). Essa tendência a posicionamentos mais conservadores, que não assumem, contudo, a forma de uma orientação ideológica coesa, pode constituir na verdade uma expressão do convencionalismo pragmático que, como será visto adiante, parece ser predominante na maior parte dos segmentos sociais.

9. As modalidades de individualismo podem tornar determinadas ideologias mais pregnantes ou atraentes, mas não se pode esperar uma relação de um para um. Esses padrões atitudinais podem ter afinidade com diferentes plataformas. As circunstâncias históricas mais amplas e o horizonte de opções oferecidas pela esfera política funcionalmente diferenciada definirão o curso concreto dessas afinidades possíveis. O individualismo comunitário, por exemplo, pode se afinar tanto com plataformas de orientação social-democrática quanto com plataformas autoritárias. Já o individualismo liberal tem afinidade com o liberalismo democrático, mas a rigidez do individualismo econômico torna palatáveis ações repressivas do Estado sobre a sociedade civil.

sob a ótica de um enquadramento estrutural,¹⁰ e se considera o Estado uma instância de mediação das relações de mercado e de criação de redes de proteção social.

Já o individualismo liberal enfatiza a capacidade de autodeterminação. Não que o envolvimento em laços familiares e comunitários seja absolutamente negado. É que, embora atravessados por tais laços, os projetos de vida têm como eixo norteador a trajetória individual. O primado da autodeterminação se projeta sobre o mundo como princípio geral, tendendo, assim, a avaliar a extensão das realizações das pessoas pelo critério exclusivo do mérito. Recusa-se, desse modo, qualquer ascensão do Estado sobre as relações sociais e de competição no mercado.

Uma vez identificadas as dimensões que estruturam o espaço social, pode-se investigar a sua relação com a estrutura de classes. Mais especificamente, será averiguada agora a maneira como as classes socioeconômicas se distribuem no espaço social. Essas classes são definidas de acordo com o esquema de classificação proposto e validado por Santos (2005, p. 38), com base principalmente em informações sobre ocupação e posição na ocupação.¹¹ A tabela 2 apresenta as categorias de classe e a distribuição, entre elas, dos indivíduos na amostra.

TABELA 2
Categorias de classe social

	Frequência
Conta própria	5
Conta própria precário	58
Empregado doméstico	3
Empregado especialista	80
Especialista autoempregado	26
Gerente	11
Grande empregador	14
Inativo	14
Pequeno empregador	17
Supervisor	5
Trabalhador	54
Trabalhador elementar	17
Total	304

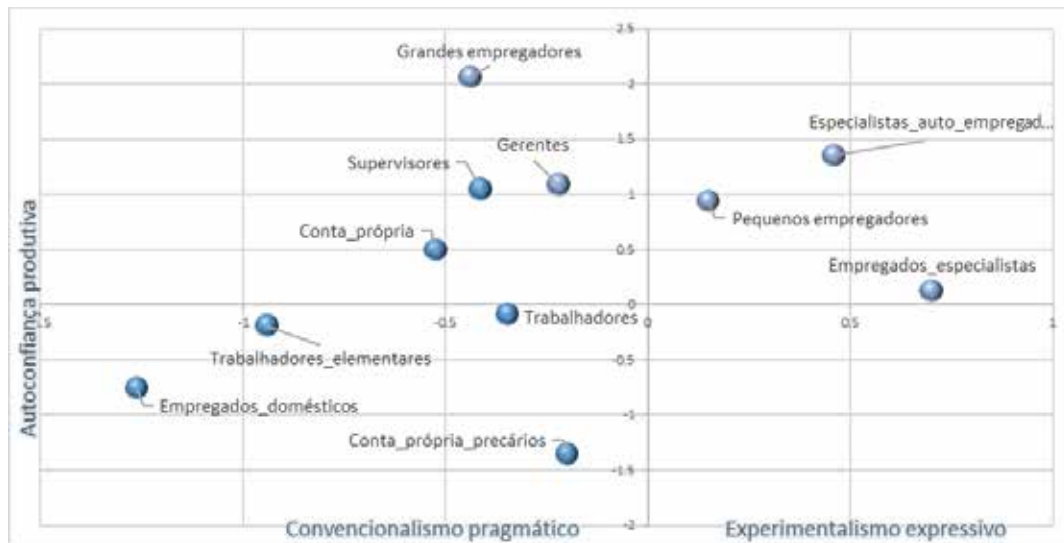
Fonte: Ipea (2016).
Elaboração do autor.

10. Nessa pesquisa, o igualitarismo não significa a minoração da ideia de mérito individual, mas antes uma modulação específica desse argumento. A definição operacional dessa escala, constante no material de instrução da pesquisa, traz o seguinte: "Todos nós vivemos em uma sociedade em que o valor do mérito individual, através do esforço e do talento, está institucionalizado. Portanto, o que tratamos aqui por igualitarismo não é uma concepção totalmente contraposta a argumentos meritocráticos. Na verdade, a meritocracia não é apenas uma fonte de legitimação da desigualdade, mas também um ideal regulador que pode ser mobilizado para condenar vários tipos de iniquidade. No discurso de uma pessoa, a meritocracia pode surgir sempre para justificar o fato de que uns ganham mais do que outros, têm mais prestígio do que outros etc. Outra pessoa, contudo, pode mobilizar a ideia de meritocracia mais para criticar as desigualdades existentes: questionar a desigualdade de oportunidades, de pontos de partida, denunciar discriminações por gênero ou raça, que imprimem desvantagens a despeito do mérito, enfim. O que chamamos de igualitário comporta essa última vertente do argumento meritocrático, quer dizer, pessoas que mobilizam a meritocracia como argumento de crítica. O que rotulamos de meritocracia corresponde à primeira vertente, mais voltada à legitimação das desigualdades existentes, ou seja, discursos em que a meritocracia surge mais como uma explicação para o atual estado de coisas" (Ipea, 2016).

11. Não há espaço aqui para expor e discutir a elaboração do autor. O leitor interessado numa compreensão mais pormenorizada do esquema de classificação pode se dirigir ao trabalho citado e encontrará, na página 38, um quadro que expõe os critérios operacionais para a definição de cada uma das categorias de classe. Do ponto de vista teórico, o esquema mobiliza os critérios já aludidos na primeira página deste texto, buscando adaptar à realidade brasileira do mercado de trabalho a contribuição de pesquisas internacionais, especialmente daquelas desenvolvidas por Erik Olin Wright. A aplicação nesse texto faz duas adaptações da proposta original de Santos (2005): agrega as categorias trabalhadores e trabalhadores qualificados e inclui a categoria inativos. Outra particularidade é que, na presente amostra, não constam trabalhadores por conta própria em atividade agrícola, categoria prevista pelo esquema original de Santos.

Para determinar as posições das classes no espaço social, optou-se pela média da pontuação dos indivíduos dessas classes em cada dimensão. Note-se que a ACP opera uma transformação de variáveis. As dimensões extraídas são variáveis criadas a partir da distribuição conjunta das escalas de atitude, de modo que a cada indivíduo na base de dados corresponde um valor em cada componente extraído. Calculando a pontuação média dos indivíduos de uma classe em determinada dimensão, obtém-se a coordenada que localiza a respectiva classe. O gráfico 1 mostra a disposição das classes no espaço social definido pelas duas primeiras dimensões.

GRÁFICO 1
Espaço da autoconfiança produtiva e dos estilos de vida



Fonte: Ipea (2016).

Elaboração do autor.

Obs.: Figura cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

A distribuição da autoconfiança produtiva retrata uma nítida hierarquia. Quando se considera a relevância dessa dimensão sobre a estruturação do espaço social,¹² revela-se o caráter profundamente hierárquico da sociedade brasileira. Sua relação com as posições de classe tem a ver com o poder econômico, com o exercício de autoridade e controle e, também, com a autonomia que, no caso dos empregados especialistas, está relacionada ao caráter mais intelectual do trabalho. Isso ainda sobreleva a atuação criativa e reduz a tangibilidade da produção e dos resultados, implicando formas mais flexíveis de controle sobre a produção, embora se trate de trabalhadores assalariados.

No que diz respeito aos estilos de vida, nota-se a prevalência do convencionalismo pragmático entre classes com os mais diversos níveis de *status* socioeconômico. Observa-se uma classe média expressiva, em que se destacam os especialistas autoempregados e os empregados especialistas. Ambas as classes se definem por um alto investimento em qualificações escassas e por uma atuação profissional que explora esse recurso incorporado com algum grau de dinamismo, enfatizando valores como a criatividade. Quanto aos pequenos empregadores, deve-se observar que, na amostra, essa classe social conta com grande presença de pessoas com formação superior e mesmo com pós-graduação em suas áreas de atuação no mercado, o

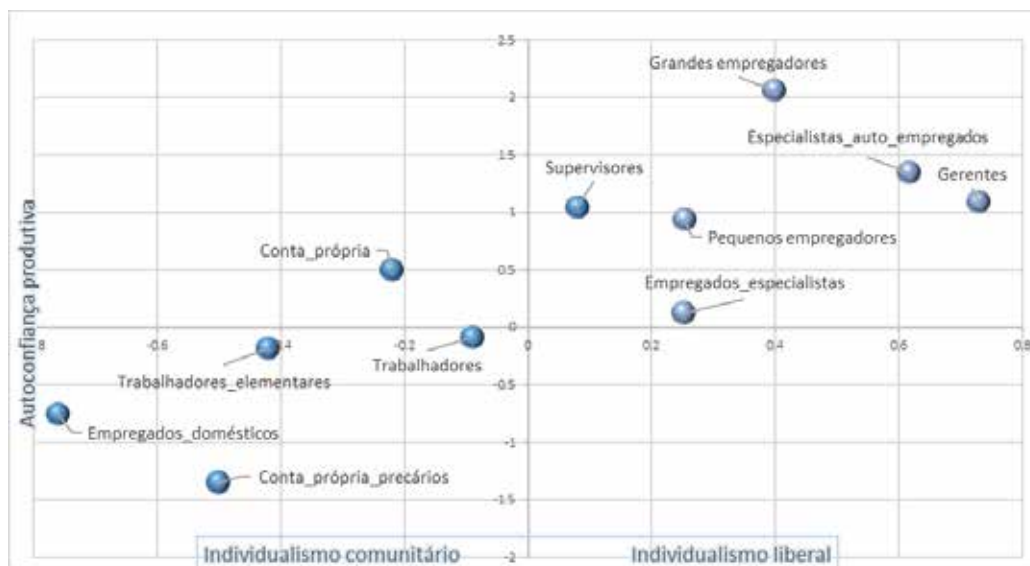
12. Ver proporções de variância na tabela 1.

que pode, em semelhança às classes já mencionadas, favorecer um tipo de estilização da vida mais pautado pela expressão idiossincrática.

A classe dos gerentes também é muito marcada pela formação superior e mesmo pela pós-graduação, mas, nesse caso, a ocupação de elevada posição na cadeia de comando de burocracias empresariais mantém mais afinidade com a estilização convencional pragmática, visando à expressão dos valores de sobriedade, comprometimento e objetividade. Esse tipo de estilização da vida também se mostra mais afim a outras classes médias, como supervisores e trabalhadores por conta própria, e, também, à classe mais alta dos grandes empregadores.

Entre as classes trabalhadoras e populares, dada a concomitância com baixa autoconfiança produtiva, pode-se questionar se o convencionalismo pragmático viria para estilizar esses mesmos valores. Ele pode, antes de tudo, ser mais ao sabor de certo senso de objetividade perante a vida, que se impõe àqueles cuja luta econômica pela existência não pode ser dada por vencida. Além disso, o convencionalismo pragmático pode expressar, entre essas classes, valores lúdicos e estéticos que não buscam referência a uma esfera de sentido diferenciada, sendo antes orientados à celebração mundana¹³ da vida. O gráfico 2 mostra a disposição das classes socioeconômicas no espaço social quando se substituem as modalidades de individualismo como eixo horizontal.

GRÁFICO 2
Espaço da autoconfiança produtiva e das modalidades de individualismo



Fonte: Ipea (2016).

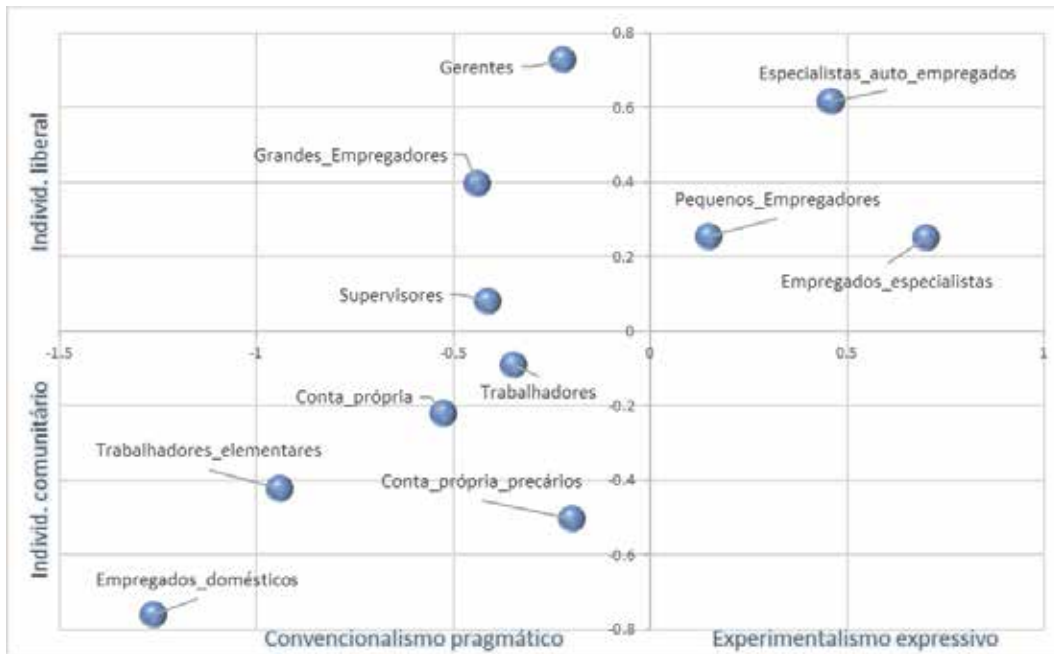
Elaboração do autor.

Obs.: Figura cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

13. Max Weber (1982) destaca a ideia de que a esfera estética, quando funcionalmente diferenciada, opera com um tipo de argumento transcendente, sob a ótica de um antagonismo com o domínio “mundano”, de maneira geral representado como o império das necessidades. O experimentalismo expressivo, captado pelas escalas de atitude, está fortemente vinculado a esse tipo de ideia sobre a experiência estética. O que se sugere aqui é que, entre as classes trabalhadoras e populares, prevalece antes uma sensibilidade que valoriza uma “ritualística mundana” (Farias, 2016), pautada não pelo antagonismo entre espírito e necessidade, mas por um tipo de transfiguração do imanente que ocorre quando se soergue a própria satisfação das necessidades ao *status* existencial de uma celebração. Para esse tipo de sensibilidade, a fruição estética não ocorre para além do reino das necessidades, mas vinculada a ele. Nesse sentido, tal sensibilidade estética pode ser dita pragmática.

A distribuição das classes pelos quadrantes inferior esquerdo e superior direito mostra um padrão muito nítido. O individualismo liberal é mais comum entre as classes com melhores condições socioeconômicas, em que é maior a autoconfiança produtiva. O individualismo comunitário, por seu turno, é marca das classes menos favorecidas. Destacam-se os trabalhadores por conta própria como única classe em que há tendência ao individualismo comunitário, sendo firme a autoconfiança produtiva. A posição especial dessa classe mostra que essa última modalidade de individualismo não está exclusivamente relacionada a uma orientação geral de proteção, determinada pelo desalento econômico. Pode estar vinculada também a um sentido de apoio mútuo na competição por chances de vida no mundo do trabalho. O gráfico 3 mostra as posições das classes no espaço social definido pelas dimensões do estilo de vida e das modalidades de individualismo.

GRÁFICO 3
Espaço das modalidades de individualismo e dos estilos de vida



Fonte: Ipea (2016).

Elaboração do autor.

Obs.: Figura cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

A rigor, o gráfico não traz informações novas, já que ambas as dimensões já foram abordadas, mas permite uma visão melhor da sua distribuição conjunta. Fica clara a existência de dois segmentos de classes médias e altas, ambos com uma orientação individualista liberal, porém distintos em termos de estilos de vida. As classes trabalhadoras e populares tendem, simultaneamente, ao individualismo comunitário e ao convencionalismo pragmático. O experimentalismo expressivo não funciona propriamente como uma fronteira hierárquica no espaço social, constituindo antes um traço distintivo de classes médias e médias-altas com forte investimento em capital cultural. Por sua vez, para as classes trabalhadoras e populares, o convencionalismo pragmático parece estar sempre em afinidade com o individualismo comunitário, do que se pode depreender uma visão global de mundo especialmente realista. A ideia de um indivíduo plenamente autodeterminado tem menos apelo que a percepção da sua imersão em

laços de dependência mútua. O ideal de uma expressão idiossincrática e transcendente atrai menos que o de uma fruição estética que segue o pulso da vida comum.

À guisa de conclusão, e de sugestão para pesquisas futuras, note-se que, desde a década de 1990, cientistas sociais têm chamado atenção para crescentes dificuldades em relacionar classes sociais ao comportamento político das pessoas. Se isso tem a ver, por um lado, com a complexificação das estruturas de classes e com a emergência de outras fontes de vínculos de pertencimento nas sociedades contemporâneas (Clark, Lipset e Rempel, 1993), por outro lado, a própria maneira de investigar a relação entre posições de classes e esses comportamentos pode carecer de maiores desenvolvimentos. O modo mais convencional de estabelecer essa relação se dá a partir da ideia de interesse objetivo, determinado pela posição que uma pessoa ocupa na distribuição de certos recursos escassos. Por exemplo, a posse de um ativo determina objetivamente um interesse na valorização desse ativo. Ocorre que não é direta a relação entre esse interesse objetivo, que o analista pode deduzir da própria localização de classe, e o comportamento. Antes, tal relação depende de que a pessoa a princípio interessada interprete subjetivamente, à vista dos recursos de que dispõe, o contexto em que está inserida e formule esse interesse como uma finalidade para a ação.

Um fato importante a se notar aqui é que essa interpretação subjetiva não é imediata nem depende apenas da disponibilidade de informações adequadas; é também condicionada por valores e por hábitos (inclusive mentais) que afetam a maneira como as pessoas representam a sociedade e a sua posição dentro dela. Na medida em que as classes sociais estão tipicamente associadas a diferenças nesses modos de representação, seus efeitos sobre comportamentos políticos não se dão unicamente pela de interesses objetivos, racionalmente determináveis. As posições de classe estão associadas a valores e estilos de vida que podem ditar determinados comportamentos, inclusive que contrariem alguns dos interesses objetivos que delas sejam deduzidos. O que este breve estudo sugere para pesquisas futuras é que se dê atenção a esse tipo de fenômeno. Comportamentos que parecem irracionais do ponto de vista do interesse objetivo talvez possam ser satisfatoriamente interpretados caso se observe a relação entre a posição de classe e os valores e estilos de vida.

REFERÊNCIAS

- AMES, B.; SMITH, A. E. Knowing left from right: ideological identification in Brazil, 2002-2006. **Journal of Politics in Latin America**, v. 2, n. 3, p. 3-38, 10 dez. 2010.
- BOURDIEU, P. **Distinction: a social critique of the judgement of taste**. Cambridge: Harvard University Press, 1984.
- CARREIRÃO, Y. de S. Identificação ideológica e voto para presidente. **Opinião Pública**, v. 8, n. 1, 2002.
- CLARK, T. N.; LIPSET, S. M.; REMPEL, M. The declining political significance of social class. **International Sociology**, v. 8, n. 3, p. 293-316, 1 set. 1993.
- FARIAS, E. S. de. Transitividades nos circuitos e cenários das festas espetáculos populares. **Latitude**, v. 10, n. 1, 18 set. 2016.
- GOLDTHORPE, J. H.; MCKNIGHT, A. **The economic basis of social class**. London: London School of Economics, 2004.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Radiografia do Brasil Contemporâneo (RBC)**. Brasília: Ipea, 2016.

OLIVEIRA, C.; TURGEON, M. Ideologia e comportamento político no eleitorado brasileiro. **Opinião Pública**, v. 21, n. 3, 2015.

REHBEIN, B. **Classes and milieus in contemporary Brazil**. Brasília: Ipea, 2016.

RENNÓ, L.; TURGEON, M. A psicologia política das classes sociais no Brasil: atributos das atitudes políticas por estratificação e mobilidade social. **Dados**, v. 59, n. 1, p. 11-52, mar. 2016.

SANTOS, J. A. F. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 58, p. 27-45, 2005.

SOUZA, J. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1982.

WRIGHT, E. O. Understanding class: towards an integrated analytical approach. **New Left Review**, n. 60, p. 101-116, 2009.